

A EFEMÉRIDE DO BICENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: aspectos da mobilização militar terrestre (1822-1823) para o processo de Independência

Marcos Fernandes-Sobrinho¹

RESUMO

O presente trabalho se afigura como pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental em que se procurou responder a seguinte pergunta de pesquisa: de que forma aspectos que orbitam a expressão "Independência do Brasil", sobretudo no contexto da mobilização militar terrestre, nos anos imediatamente anteriores e posteriores a 1822, contribuíram para o processo de emancipação política do país? Na pesquisa, parte do reconhecimento do passado foi vinculado a fragmentos do presente, na perspectiva de valorização de discurso nacionalista, que se entrelaça com disputas de memórias, no entorno de diversos partícipes envolvidos no processo, o que inclui a sociedade civil. Os resultados apontam para o fato de que a evolução política, envolvendo disputas entre Lisboa e Rio de Janeiro, incorporou debates e conflitos tanto locais, como regionais. As operações militares, com mais de 50 mil soldados mobilizados, particularmente no Norte-Nordeste, figuram como dado-chave para a compreensão do fato de o Brasil ter permanecido unido, em contraposição à América Espanhola. De outro olhar, embora essencialmente necessária, a mobilização militar, por si só, não seria suficiente para alcançar o processo de unificação. Face ao exposto, depreende-se que comemorar o bicentenário de Independência do Brasil, impõe-nos a refletir sobre quais são os outros lugares de produção desse aniversário.

Palavras-chave: 200 anos da emancipação política do Brasil; Mobilização militar terrestre na independência do Brasil; Processo de independência do Brasil; Outros lugares de produção da independência do Brasil.

THE EPHEMERIS OF THE BICENTENNIAL OF THE POLITICAL
EMANCIPATION OF BRAZIL: aspects of the terrestrial military mobilization (1822-
1823) for the Independence process

ABSTRACT

The present work appears as a qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, in which it sought to answer the following research question: in what way aspects

¹ Pós-Doutor em Direito Público pela Universidade de *Las Palmas de Gran Canaria*/Espanha, doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB), graduado em Física (UFU), bacharel em Administração (FAAB) e bacharel em Direito (UEG). Atualmente é professor associado D IV-4 no Núcleo de Física Aplicada do Instituto Federal Goiano, docente permanente junto ao PPGEnEB/IFGoiano e ao PPGGO/UFCAT. E-mail: marcos.sbf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>

that orbit the expression "Independence of Brazil", especially in the context of land military mobilization, in the years immediately before and after 1822, contributed to the process of political emancipation of the country? In the research, part of the recognition of the past was linked to fragments of the present, in the perspective of valuing nationalist discourse, which is intertwined with disputes of memories, in the surroundings of several participants involved in the process, which includes civil society. The results point to the fact that the political evolution, involving disputes between Lisbon and Rio de Janeiro, incorporated both local and regional debates and conflicts. Military operations, with more than 50,000 soldiers deployed, particularly in the North-Northeast, are key data for understanding the fact that Brazil has remained united, as opposed to Spanish America. From another perspective, although essentially necessary, military mobilization alone would not be enough to achieve the unification process. In view of the above, it appears that commemorating the bicentennial of the Independence of Brazil forces us to reflect on what are the other places of production for this anniversary.

KEYWORDS: 200 years of Brazil's political emancipation; Land military mobilization in the independence of Brazil; Brazil's independence process; Another places of production of the independence of Brazil.

LAS EFEMÉRIDES DEL BICENTENARIO DE LA EMANCIPACIÓN POLÍTICA
DE BRASIL: Aspectos de la Movilización Militar Terrestre (1822-1823) para el
Proceso de Independencia

RESUMEN

El presente trabajo se presenta como una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y documental, en la que buscó responder a la siguiente pregunta de investigación: de qué manera los aspectos que orbitan la expresión "Independencia de Brasil", especialmente en el contexto de la movilización militar terrestre, en los años inmediatamente anteriores y posteriores a 1822, contribuyeron al proceso de emancipación política del país? En la investigación, se vinculó parte del reconocimiento del pasado a fragmentos del presente, en la perspectiva de valorizar el discurso nacionalista, que se entrelaza con disputas de memorias, en el entorno de varios actores involucrados en el proceso, que incluye a la sociedad civil. Los resultados apuntan para el hecho de que la evolución política, involucrando disputas entre Lisboa y Río de Janeiro, incorporó debates y conflictos tanto locales como regionales. Las operaciones militares, con más de 50.000 soldados desplegados, especialmente en el Norte-Nordeste, son datos clave para entender que Brasil se ha mantenido unido, a diferencia de Hispanoamérica. Desde otra perspectiva, aunque esencialmente necesaria, la movilización militar, por sí sola, no sería suficiente para lograr el proceso de unificación. Frente a lo anterior, parece que la conmemoración del bicentenario de la Independencia de Brasil obliga a reflexionar sobre cuáles son los otros lugares de producción para este aniversario.

Palabras clave: 200 años de la emancipación política de Brasil; Movilización militar terrestre en la independencia de Brasil; El proceso de independencia de Brasil; Otro de los lugares de producción de la independencia de Brasil.

Introdução

Este texto se insere no bojo de comemorações do segundo centenário da Independência do Brasil, com foco em eventos e personagens históricos que, de alguma forma, participaram desse processo.

Discorre-se, de forma geral, sobre relações entre eventos e personagens no processo de independência política do país, no decorrer de efemérides entre 1822 e 1823 para, então, saltar à grande efeméride que é o bicentenário.

Trata-se de acontecimentos notadamente importantes para a sociedade brasileira, em que se propõe a pensar o bicentenário da independência do Brasil a partir dessas marcas históricas iniciais, com enfoque problematizado.

Embora não seja pretensão deste autor, esgotar o tema, sublinhe-se a opção por trazer, como enfoque central, aspectos que orbitam a expressão "Independência do Brasil", como elementos disparadores de reflexões, sobretudo no contexto da mobilização militar terrestre, nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao 07 de setembro de 1822; enfim, nesse processo de quebra de tutela do regime colonial.

Nesse sentido, o presente texto não se ocupará de aspectos filosóficos e históricos mais profundos, em razão de se optar pelo realce de registros que emanam da memória formalizada de um Estado.

O presente trabalho é fruto de pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental em que se procurou responder a seguinte questão norteadora de pesquisa: de que forma aspectos que orbitam a expressão "Independência do Brasil", sobretudo no contexto da mobilização militar terrestre, nos anos imediatamente anteriores e posteriores a 1822, contribuíram para o processo de emancipação política do país?

1. Processo que culminou na decisão da emancipação política do Brasil

Passados três dias da Coroação do Imperador do Brasil, D. Pedro I, o Conselho de Procuradores se reuniu com o propósito de discutir e decidir acerca da situação do Brasil com Portugal,

[...] à vista da conduta posterior do Congresso e Ministério de Lisboa convinha, ou não, antecipar hostilidades contra o Reino de

Portugal, apesar do prazo dos quatro meses assinados na Proclamação ordenada na Sessão de quinze de outubro (BRASIL, 1918, p. 56).

O Conselho de Procuradores decide

que a Guerra se fizesse de fato; procedendo-se desde já no seqüestro [SIC] de todas as propriedades, Direitos, e Ações, que os súditos daquele Reino têm neste Império (BRASIL, 1918, p. 56).

Em terreno brasileiro, as ações confirmaram! A declarada guerra "de fato", desde 1º de agosto de 1822, por D. Pedro, contra as tropas portuguesas, estava em curso. Têm-se registros dessas ações em solo baiano, ao passo em que o Maranhão e o Pará se mantiveram a favor de Lisboa.

A Independência do Brasil não se encerrou no dia 07 de setembro de 1822, tampouco, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

Após 07 de setembro, poucas Províncias estavam ao lado de D. Pedro I. Muitas delas aderiram depois. As demais Províncias, nesse período, resistiram por meio do uso da força de tropas portuguesas e combinação de forças de além-mar, de elites e parte das sociedades locais (FRANCHINI NETO, 2015).

O processo político que implicou a decisão da emancipação do Brasil foi articulado por ações diplomáticas e militares. Do contrário, a posição do Regente, depois Imperador, teria restada bastante fragilizada (FRANCHINI NETO, 2015).

Foi necessária, inicialmente, a mobilização de uma diplomacia, com fins de obtenção de apoio de províncias do período, de sorte a auxiliar a política, por meio de armamento. Sem essa mobilização, inclusive, certamente favoreceria Lisboa. Na ocasião, navios, pólvoras e armas foram adquiridos, além de recrutamento de tropas de origens externas.

2. Movimento de reestruturação das Forças Armadas (1822-1823)

Equipamentos de guerra foram comprados do Reino Unido e dos Estados Unidos da América (EUA). No Reino Unido, as aquisições se deram com certa dificuldade, dada

a influência da gestão portuguesa, em 1822. Já nos EUA, onde Portugal influenciava de forma mais restrita, a aquisição de equipamentos de guerra foi mais favorecida.

As Forças Armadas foram equipadas por D. Pedro, mediante utilização desses insumos para apoiar unificação brasileira, diante da separação consumada pela ruptura com a soberania da Coroa. Fazia-se necessária a união do Estado, com o estabelecimento do Império em todo o território do, então, Reino.

O Império Português, especialmente no Brasil, tinha à época uma estrutura complexa, descoordenada e que sofria com as distâncias (ver, por exemplo, MAGALHÃES, 2001, p. 239), o que requereu reforma da estrutura militar, na transição do século XVIII para o XIX, implementada, inicialmente, por Marquês de Pombal (WEHLING; WEHLING, 2008).

As operações se basearam em alterações promovidas nas forças que se encontravam na Colônia. D. João implementou ajustes que fizeram com que o Rio de Janeiro se transformasse em centro militar.

Em 1810, criou-se a Academia Real Militar, cuja finalidade era formar oficiais. Entre 1811 e 1815, construíram-se indústrias de suprimentos militares, hospitais militares e arsenais (BARROSO, 2000).

Em 1815, criou-se o Ministério da Guerra no Brasil, que consolidou a estrutura governamental autônoma para esse território, transformado, imediatamente depois, em Reino. Importa sublinhar que um órgão dessa envergadura, no Rio de Janeiro, impõe subordinação de todas as Forças Terrestres, até então dispersas, a uma unidade de comando fortalecida (WEHLING; WEHLING, 2008).

De acordo com matéria publicada pelo Exército Brasileiro (BRASIL, 1998), havia no Brasil de 1820, na primeira linha,

sete regimentos, dezessete batalhões, oito corpos e três companhias de infantaria; cinco regimentos, oito esquadrões e uma companhia, na cavalaria; e duas brigadas, duas baterias e uma companhia de artilharia, ademais de dois batalhões, quatro corpos e duas companhias de artilharia de costa. Eram cento e cinquenta fortalezas para a defesa do Reino, especialmente ao longo da costa (BRASIL, 1998, p. 34-35).

No caso do armamento, a base da infantaria continuava a ser

a espingarda de pederneira 19mm Tower & Brown Bess, com baioneta triangular, além de clavinhas da mesma marca, calibres 17mm e 19mm. Os sabres e espada variavam entre oficiais e sargentos, que também utilizavam pistolas, além das lanças para a cavalaria. Na artilharia, a base eram os canhões de bronze de calibre entre 85mm e 14mm, de alma lisa e carregamento pela boca (BARROSO, 2000, p. 101).

Nesse contexto de heterogeneidade militar, D. Pedro se viu obrigado (re)organizar a força militar a fim de apoiar a formação de sua base no Rio de Janeiro. Importa realçar que foi essa mesma força que combateu durante os confrontos que culminaram a Independência do Brasil, para além de ter garantido o território unificado do Império brasileiro, em decorrência da elaboração prévia do Reino do Brasil.

Nesse intervalo de 1822-1823, uma das maiores dificuldades do Regente, depois Imperador, foi a de organizar Forças Armadas eficientes. Ao Exército, por exemplo, precisou “mobiliar os novos batalhões, necessários para combater os portugueses” (DARÓZ, 2011, p. 10).

A Milícia era a tropa, basicamente a 2ª linha, disponibilizada ao Rio de Janeiro. Muitos destacamentos militares dessa força se converteram em agrupamento de 1ª linha.

Na aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, o Exército Brasileiro regular (1ª linha), unificado e ainda comandado pelo General Curado contava, no Rio de Janeiro, com aproximadamente 4.500 homens, provenientes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (DARÓZ, 2011, p. 23).

Após a Proclamação de 1º de agosto de 1822, situação em que se dispensava tratamento inimigo às tropas portuguesas no Brasil, D. Pedro expressou, inicialmente, em 18 de setembro de 1822, “uma amnistia geral para as passadas opiniões políticas” (BRASIL, 1822, p. 46).

Essa providência era, no entanto, instruída a excluir aqueles que estivessem encarcerados ou a responder processo judicial e impunha aos que aderissem, precisavam usar, a partir daí, braçadeira com a afirmação expressa “Independência ou Morte”.

No contraponto, os que não aceitassem a causa brasileira dispunham de até quatro meses para abandonar o país. Do contrário, seriam “processados sumariamente” (BRASIL, 1822, p. 46).

Em 21 de outubro de 1822, D. Pedro emite novo ultimato em que proclamava aos portugueses: “toda a força he (SIC) insuficiente contra a vontade de hum (SIC) povo” (BRASIL, 1822, p. 46). Nele, reiterava o prazo de quatro meses para que os portugueses, residentes no Brasil, escolhessem entre permanecerem com “amizade”, traduzida na adesão ao Império; ou a guerra mais violenta, que se desdobraria no reconhecimento da Independência do Brasil, ou com a ruína de ambos os Estados (BRASIL, 1822).

Sublinhe-se que, D. Pedro, também, impôs medidas alfandegárias a Portugal, conforme se extrai do Decreto de 20 de dezembro de 1822. O Imperador ainda expediu, em 14 de janeiro de 1823, Decreto com condições para admissão dos súditos de Portugal (BRASIL, 1823).

Os assentimentos se deram em fins de 1822 e início de 1823, mas com divergências nas Províncias. Fragmento do Reino antigo, porém, opunha-se à Independência, conduzindo batalhas a pontos estratégicos do Brasil. A fim de resolver esses conflitos e unificar o país, D. Pedro lançou mão da força então preparada ou das que se alinharam a ele. As operações militares impulsionaram milhares de soldados, a fim de combater correligionários das Cortes, os quais se empenhavam em oferecer resistência às movimentações do Rio de Janeiro.

Considerações

Embora o trabalho se ateuve mais detidamente aos anos compreendidos entre 1822 e 1823, cumpre ressaltar que os processos de emancipação, por óbvio, ocorreram não só no Brasil. Laços foram criados com outros Estados e movimentos de independência perduram até os dias atuais.

Comemorar o bicentenário de Independência do Brasil, impõe-nos a refletir sobre quais são os outros lugares de produção desse aniversário.

As operações militares, com mais de 50 mil soldados mobilizados, particularmente no Norte-Nordeste, figuram como dado-chave para a compreensão do fato de o Brasil ter permanecido unido, em contraposição à América Espanhola.

Buscou-se, com este trabalho, analisar o processo de emancipação política brasileira, durante o período (1822-1823), realçando aspectos essenciais para a construção

da unidade que circundavam D. Pedro: a guerra, civil, em seu nascedouro, porém, depois da Independência, transformada em guerra, na acepção tradicional do termo.

Destaque-se que a evolução política envolvendo disputas entre Lisboa e Rio de Janeiro, incorporou debates e conflitos tanto locais, como regionais. Nesse sentido, embora essencialmente necessária, a mobilização militar, por si só, não seria suficiente para alcançar o processo de unificação. Se por um lado, separados, eram todos frágeis e, portanto, insuficientes; de outro, unificados, à volta de D. Pedro, propulsor do ideário político de estratos menos favorecidos da sociedade, uniram-se para constituir as chamadas Províncias Coligadas, estas mais fortes.

Dias após ao Fico, grupos de militares portugueses repetiram a investida para intimidar, que, em 1821, logrou êxito duas vezes, contra D. Pedro. Nesta investida, correligionários do Fico alinhados à mobilização militar no Campo de Sant'Ana, alteraram a lógica do jogo, em que se deu a primeira ação resultante ao Império. Eis a lógica político-militar que acompanhou todo o processo de emancipação.

Chegou-se, então, a uma “Independência Moderada” que, para efeitos, já figurava no “Reino Unido”; o conflito que selou a Independência e, depois, exigiu a mobilização de tropas.

No início de 1824, as operações militares da guerra de Independência do Brasil findaram, basicamente, com a debandada dos Voluntários Reais da Cisplatina. Oficialmente, o fim das hostilidades se deu, em 1825, com a aceitação e reconhecimento da Independência do Brasil. Assinado em 29 de agosto de 1825, esse termo de acordo concluiu a fase final da Independência e da guerra. As condições eram bastante desfavoráveis ao Rio de Janeiro que recebia o poder de D. João VI, além de ter de honrar o pagamento de indenização vultosa a Lisboa.

A observar o Brasil, nos seus 200 anos de independência, face a seus problemas e desafios atuais, parece fácil ignorar o papel da mobilização militar do período (1822-1823) no sentido de, em um território com dimensões continentais, existir um Estado consolidado e, não menos importante, como uma nação unificada.

Compreender esse processo, pelo qual se deu a Independência do Brasil, afigura-se como importante para conhecer e reconhecer o período da gênese do Estado brasileiro, a partir dessas relações entre eventos e personagens, durante o processo de independência

política do país, necessariamente, a incluir efemérides entre 1822 e 1823 para, então, saltar à grande efeméride que é o bicentenário.

Referências

- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- BRASIL. Decreto de 18/09/1822. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822. *Diário Oficial da União*, Vol. 1 pt II. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BRASIL. Decreto de 14/01/1823. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1823. *Diário Oficial da União*, Vol. 1 pt II. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A Milícia em Armas: o soldado brasileiro da guerra de Independência. *Atas... XXXVII Congresso Internacional de História Militar*. Rio de Janeiro, setembro de 2011. Disponível em: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/.../30.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.
- FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília. Brasília, p. 651. 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20238/3/2015_H%c3%a9lioFranchiniNeto.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *Revista Da Cultura*, ano VIII, nº 14, 2008. Disponível em: www.funab.org.br. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BRASIL. *Publicações do Arquivo Nacional*, v. XVIII, Atas das sessões do Conselho de Estado de 1822 a 1823. Rio de Janeiro, 1918.
- BRASIL. *Decreto*. Coleção de Leis do Império do Brasil. pág. 46, v. 1 pt II, 1822. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2022.